

RELATÓRIO DE REUNIÃO

| Data: 16/11/2017 | | Início: 18h30min | Término: 21h30min |
|--|---------------------|------------------------------------|-------------------|
| Local: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA/UFOP | | | |
| Reunião: Assembleia sobre o Reassentamento da comunidade de Paracatu | | | |
| Redação da Ata: Selma Singulano | | | |
| Participantes Estratégicos: | | Identificação: | |
| 1 | Cleber Ribeiro | Fundação Renova | |
| 2 | Tamara Marques | Fundação Renova | |
| 4 | Célia Fonseca | Fundação Renova | |
| 5 | Bruno Fialho | Fundação Renova | |
| 6 | Cleide Braz | Synergia | |
| 7 | Caromi Oseas | Cáritas | |
| 8 | Hélio Sato | Cáritas | |
| 9 | Rodrigo Ribas | Semad | |
| 10 | Marta Alves Larcher | Ministério Público de Minas Gerais | |
| 11 | Wesley Cantelmo | Secir | |

ASSUNTOS TRATADOS / DECISÕES TOMADAS:

1. Luzia Nazaré Queiroz, membro da Comissão de Atingidos, abre a assembleia apresentando os presentes. Pontua sobre a dificuldade em se fazer mobilização para esse tipo de encontro, solicitando que os presentes deixem seus contatos nas listas de presença do dia. Convida os participantes da comunidade a participarem mais e se fazerem mais presentes nesses momentos.
2. Wesley Cantelmo, da Secretaria de Cidades do estado de Minas Gerais (Secir), se apresenta e retoma último encontro, quando foi discutida a situação do terreno de Lucila, escolhido pela comunidade como área anfitriã. Retoma que, conforme acordado, hoje seria dado o retorno sobre as percepções da instituição evidenciadas em relatório produzido a partir de última reunião e visitas técnicas efetivadas.

3. Marta Alves Larcher, promotora de justiça, se apresenta retomando reunião de 06/10/2017, quando foram deliberados passos do trabalho junto à Fundação Renova, Semad e Secir para, após encontros e visitas técnicas, chegar a assembleia atual. Se coloca enquanto ouvinte nesse momento e à disposição para quaisquer dúvidas.
4. Rafael, Secretaria de Obras de Mariana; se apresenta e passa a fala a Rodrigo Ribas, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad). Rodrigo fala dos anseios da Semad e dos esforços que têm sido feitos enquanto compromisso de celeridade no processo, mas sobretudo da qualidade do trabalho; mostrando perspectivas reais da condição de reassentamento da comunidade de Paracatu na área de Lucila. Afirma que para a efetivação do reassentamento questões fundamentais precisam ser respondidas pela Fundação Renova, como exemplo em relação ao tamanho da área (se vão possuir mesmo tamanho de área e com mesma aptidão agrícola/capacidade produtiva). Ao exibir problemáticas em relação à área anfitriã escolhida, traz a apresentação da possibilidade de escolha de nova área com melhor qualidade ou ainda a possibilidade de retorno para Paracatu de Baixo a depender de 1) voltar para a condição original, havendo condições de recuperação da área; 2) retorno à Paracatu de Baixo com nova disposição de espacial, em situação de proximidade da área.
5. Daniela Teixeira Carmo de Oliveira, Secir, traz que essa tomada de decisão apresentada anteriormente não está efetivada, que tudo depende de estudos a serem apresentados pela Fundação Renova e, sobretudo, de uma resposta da comunidade da viabilidade e de interesse sobre essas questões. Enfatiza que as definições precisam trazer conforto a comunidade, conforto esse que é primordial para continuidade do processo.
6. Daniela continua, apresentando o relatório produzido pela Semad, documento esse encaminhado ao Ministério Público e à Fundação Renova, e comprometendo a entrega à Comissão de Atingidos. A primeira questão pontuada traz as preocupações em relação ao tamanho da área e capacidade de comportar toda a comunidade de Paracatu de Baixo, preocupações em função de limitações do terreno da área anfitriã.

Ainda, questiona a autodelimitação das áreas, se estão sendo consideradas as situações de restrições de área. Também, afirma a percepção do órgão de que a comunidade de Paracatu se trata de área rural e, por isso, algumas condicionantes são impostas para que se mantenham enquanto tal. Em segundo momento, fala sobre o descontentamento com a forma como o parcelamento está sendo proposto, uma vez que a comunidade não estaria satisfeita com a forma de ocupação da área, trazendo a necessidade de participação mais efetiva dos atingidos para readequar o projeto urbanístico. Por fim, traz apontamento sobre a capacidade hídrica da área, demonstrando os usos vários possíveis pela comunidade; questionando ainda sobre saneamento básico, condições de infraestrutura. Dessa forma, pede à Fundação Renova refinamento e apresentação de estudos ambientais específicos e complementares (mapeamento de APP's, refinamento de estudo espeleológico, faixa de declividades e restrições etc). Solicita ainda um projeto que aponte as possibilidades de autoconstrução, uma vez que essa seria uma solicitação da comunidade.

7. Daniela continua sua fala trazendo demandas que dizem respeito à área remanescente de Paracatu de Baixo, pontuando estudos necessários que demonstrariam a real situação dessa área em casos de possível retorno da comunidade.

8. Rosária Frade, Comissão de Atingidos, questiona o prazo dado à Renova para resposta às questões apresentadas. Daniela traz que foram dados 30 dias.

9. Nesse momento, representantes da Semad continuam os apontamentos, reforçando às questões direcionadas a situação da área anfitriã e também da área remanescente. São enfatizados os quesitos de qualidade imprescindíveis ao reassentamento.

10. Luzia reforça a preocupação em caso de retorno à área remanescente de Paracatu, em função da possibilidade de mineração e 'estouro' de outra barragem próxima. Rosária e Gerônimo Batista, comunidade de Paracatu, fazem coro à preocupação de retorno em função de barragens próximas.

11. Rodrigo faz explanação sobre processo de mineração e situação de rompimento de barragem ocorrida no território, além de apontamentos sobre segurança de barragens. Retoma as propostas solicitadas à Renova, e enfatiza que toda situação precisa, antes de mais nada, ser aprovada e validada pela comunidade.
12. Integrante da comunidade questiona se o terreno de Lucila não comporta a comunidade ou se o problema seria as condições do terreno, e ainda qual será a destinação dada à área remanescente de Paracatu de Baixo. Rodrigo afirma que essas são as respostas solicitadas à Fundação Renova.
13. Romeu Oliveira, Comissão de Atingidos, pergunta por que esses estudos não foram solicitados antes, dado o prazo tardio e o adiantado da aquisição dos terrenos. Fala ainda da sua insegurança no retorno à Paracatu de Baixo. Traz os incômodos, reforçados pela comunidade, com o processo de reassentamento e dos atrasos ocorridos.
14. Wesley reforça as informações já passadas e da necessidade de resposta por parte da Fundação.
15. Integrante da comunidade questiona sobre o acompanhamento posterior ao reassentamento e situações possíveis de prejudicar a comunidade. Rodrigo afirma que a fundação deve garantir assistência em todas as situações necessárias até a vida da comunidade esteja sedimentada e a comunidade ambientada.
16. Rosária afirma que não acredita na segurança garantida por nenhum dos presentes da reunião. Traz que há tempos atrás quando perguntado sobre a possibilidade de retorno à Paracatu de Baixo foi dito que não e agora isso é posto como possibilidade; e que agora a comunidade já se preparou para um local novo.
17. Bruno Fialho, Fundação Renova, afirma que muitos estudos já estão prontos e aqueles faltantes serão providenciados. Retoma também o processo de aquisição dos terrenos para o reassentamento.

- [illegible]

